## PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ



C.N.P.J. (M.F.) 01.613.765/0001-60

## LEI Nº 1298/2019

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROMOVER A CONCESSÃO DA OPERACIONALIZAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS.

A Câmara Municipal de Carambeí, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal em Exercício, sanciono a seguinte

## LEI:

**Art. 1°** - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à concessão da operacionalização de triagem e reciclagem de resíduos sólidos recicláveis, em imóvel de propriedade do Município.

**Parágrafo Único.** A Concessão do serviço público de que se trata este artigo inclui o recebimento, o processamento e a destinação final dos resíduos sólidos recicláveis, a conservação, a manutenção preventiva e corretiva, a implantação, a modernização, a ampliação e a exploração ambientalmente equilibrada, permitindo a cessão de uso de máquinas e aparelhamentos por meio de Termo de Cessão.

- **Art. 2º** O contrato de concessão de que se trata o art. 1º, será celebrado pelo prazo de 05 (cinco) anos a contar da data da assinatura do instrumento de contrato a ser firmado entre as partes, podendo ser prorrogado por igual período.
- **Art. 3º** Para a consecução do objeto disposto por esta Lei, fica autorizada a concessão de direito real de uso resolúvel ao vencedor do certame, do imóvel matriculado sob o nº 26.726 junto Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Castro, de propriedade do Município de Carambeí, pelo prazo idêntico ao da concessão do serviço público.
- **Art. 4°** A concessão do serviço público deverá ser efetivada, mediante procedimento licitatório adequado, adotando como critérios de julgamento o tipo maior lance.
- **Art. 5°** A Secretaria Municipal de Meio Ambiente regulará, quando se fizer necessário, e fiscalizará as atividades desempenhadas em virtude do contrato de concessão decorrente esta Lei.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ

C.N.P.J. (M.F.) 01.613.765/0001-60

**Art. 6°** - O contrato da concessão autorizado por esta Lei atenderá, no que couber, as disposições contidas na Constituição Federal, Leis Federais n°. 8.666/93, n°. 8.987/95, n°. 11.445/07, n°. 12.305/10 e demais exigências contidas no instrumento convocatório.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CARAMBEÍ EM 29 DE OUTUBRO DE 2019.

OSMAR JOSÉ BLUM CHINATO
PREFEITO MUNICIPAL